

AMOR, PALAVRA FEMININA: A CONSTITUIÇÃO DA EXISTÊNCIA LÉSBICA EM *AMORA*, DE NATALIA BORGES POLESSO

LOVE, A FEMININE WORD: THE CONSTITUTION OF LESBIAN EXISTENCE IN *AMORA*, BY NATALIA BORGES POLESSO

Maria Clara Batista Monteiro (UFPB)¹
Fábio Alexandre Silva Bezerra (UFPB)²

Resumo: A vivência lésbica é alvo de apagamento e silenciamento no mundo ocidental, especialmente pela implementação do regime heterossexual como manutenção da colonialidade (Curiel, 2011). Esse não-lugar ocupado pela mulher lésbica é representado na coletânea de contos *Amora* (2015), de Natalia Borges Polezzo. Analisando três contos específicos – *Flor, flores e ferro retorcido*, *Primeiras vezes* e *Vó, a senhora é lésbica?* –, este artigo investiga a constituição da vivência lésbica por meio de uma perspectiva interseccional (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2016), considerando as diferentes faixas etárias e geracionais das personagens. Dentro do paradigma transdisciplinar da Linguística Aplicada Transviada (Bezerra, 2023), adotamos a Análise Crítica do Discurso (ACD) como abordagem teórico-metodológica, assim como os estudos de gênero (Butler, 2021; Rich, 2010) e descoloniais (Maldonado-Torres, 2016; Menezes de Souza, 2019; Mignolo, 2003; Quijano, 2005), para subsidiar as discussões. Nestas análises, evidenciamos a forma como a linguagem constrói discursivamente noções sobre questões socio-identitárias, produzindo violências como lesbofobia, repressão e etarismo. Desse modo, os resultados revelam a complexidade dessas vivências lésbicas, atravessadas pela interseccionalidade e marcadas por estigmas sociais, heteronormatividade compulsória e silenciamentos. Por fim, o trabalho também ressalta a importância de criar espaços de visibilidade para as narrativas lésbicas, reconhecendo seu papel fundamental na construção de uma memória social mais inclusiva e plural ao questionar as estruturas de poder que silenciam identidades não-heteronormativas.

Palavras-chave: existência lésbica; literatura queer; Análise Crítica do Discurso; interseccionalidade; decolonialidade.

Abstract: Lesbian experiences are subjected to erasure and silencing in the Western world, particularly through the implementation of the heterosexual regime as a means of maintaining coloniality (Curiel, 2011). This non-space occupied by lesbian women is represented in the short story collection *Amora* (2015) by Natalia Borges Polezzo. By analyzing three specific stories – *Flor, flores e Ferro Retorcido*, *Primeiras Vezes*, and *Vó, a senhora é lésbica?* – this article investigates the constitution of lesbian experiences through an intersectional perspective (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2016), taking into account the different age groups and generations of the characters. Within the transdisciplinary paradigm of Queer Applied Linguistics (Bezerra, 2023), we adopt Critical Discourse Analysis (CDA) as a theoretical-methodological approach, alongside gender studies (Butler, 2021; Rich, 2010) and decolonial studies (Maldonado-Torres, 2016; Menezes de Souza, 2019; Mignolo, 2003; Quijano, 2005) to support the discussions. In these analyses, we highlight how language discursively constructs notions about socio-identity issues, producing violences

¹ Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: monteiroclarab@gmail.com.

² Doutor em Língua Inglesa e Linguística Aplicada (UFSC). PhD em Linguística (The University of Sydney). Pós-doutorado em Sociologia (UFPB). Professor associado do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); João Pessoa-PB. E-mail: fabes10@yahoo.com.br.

such as lesbophobia, repression, and ageism. Therefore, the results reveal the complexity of these lesbian experiences, shaped by intersectionality and marked by social stigmas, compulsory heteronormativity, and silencing. Finally, this work emphasizes the importance of creating spaces for lesbian narratives, recognizing their fundamental role in constructing a more inclusive and plural social memory by challenging the power structures that silence non-heteronormative identities.

Keywords: lesbian existence; queer literature; Critical Discourse Analysis; intersectionality; decoloniality.

Considerações iniciais

Em *Amora* (2015), livro vencedor do Prêmio Jabuti na categoria Contos em 2016, Natalia Borges Polezzo retrata vivências e percepções acerca da homossexualidade feminina, na construção de um não-lugar³ ocupado por personagens de diferentes raças, faixas etárias e classes sociais. Como aponta a autora, não se trata de um livro de temática LGBTQIA+, mas que “usa o recurso estético do ponto de vista para compor personagens que têm modos não normativos de estar no mundo, especialmente no que diz respeito ao afeto, às relações, à ocupação dos lugares” (Polezzo, 2018, p. 151).

Dentre os trinta e três contos que compõem a coletânea, selecionamos três para discutir a constituição da vivência lésbica, por priorizarmos, do ponto de vista interseccional (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2016), investigar essa questão nas diferentes faixas etárias e geracionais. Em *Flor, flores e ferro retorcido*, a narradora é uma criança que começa a questionar o motivo de a vizinha ser tratada com hostilidade pelos pais. Já em *Primeiras vezes*, como sugere o título, retrata o dilema de uma adolescente acerca da sua possível primeira relação sexual quando não se considera atraída pelo namorado da escola, mas pela melhor amiga. No último conto, *Vó, a senhora é lésbica?*, que ganhou grande repercussão nacional (Casarin, 2018) após ser tema de questão na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o recibo de uma jovem adulta com a desaprovação da avó acaba revelando um entrecruzamento de experiências.

Dessa maneira, neste artigo, objetivamos analisar a constituição da vivência lésbica nos referidos contos de *Amora*, de Natalia Borges Polezzo. Por assumirmos que a linguagem assume papel de destaque na constituição de subjetividades, a análise se situa no âmbito da Linguística Aplicada, mais especificamente na Linguística Aplicada Transviada (Bezerra, 2023), a qual propõe uma articulação transdisciplinar entre os estudos da linguagem e outros campos do saber, como as Ciências Sociais e a Filosofia, em perspectiva descolonial e interseccional.

Em termos teórico-metodológicos, partimos dos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD), desenvolvida por Fairclough (1995; 2001; 2015). Por incorporar uma dimensão política ao fazer científico, a ACD assume o compromisso de contribuir para a extinção de diferentes formas de opressão social, evidenciando as relações de poder nos discursos que fundamentam e mantêm aparelhamentos ideológicos e estruturas hegemônicas de controle social. Para tensionar os sentidos construídos sobre as questões socio-identitárias enfatizadas nos contos selecionados, mobilizamos reflexões e proposições conceituais nos estudos de Butler (2021), Rich (2010) e Curiel (2011) sobre lesbianidade e vivência lésbica, bem como nas discussões acerca da interseccionalidade levantadas por Akotirene (2019) e Collins e Bilge (2016).

³ Augé (1992) define “não-lugar” como um lugar marcado, paradoxalmente, pelo isolamento e pelo anonimato. Esse conceito tem sido adotado nos Estudos Culturais para discutir o espaço de grupos minorizados nas dinâmicas sociais. De acordo com Wittig (1992), o não-lugar das mulheres lésbicas se manifesta na medida em que não são consideradas suficientemente mulheres, mas também não são homens. Para maiores esclarecimentos sobre o tema, sugerimos a leitura de Davidson (2021).

1 Identidade(s) em (dis)curso: um panorama teórico-metodológico

A Análise Crítica do Discurso (ACD) pode ser considerada um desdobramento dos estudos da Linguística Crítica (LC), que entrou em efervescência na década de 1980. O que diferencia a LC da Linguística tradicional está na compreensão de que a linguagem é, sobretudo, uma prática social, que cria, evidencia, reforça e desafia relações de poder estabelecidas no meio social. Em contrapartida, o que a difere da ACD é o fato de que a LC se centrava em estudos de enunciados curtos, enquanto a ACD investiga o texto e mobiliza categorias específicas para sua análise (Magalhães, 2005), merecendo destaque “não apenas a determinação social do uso da linguagem, mas também a determinação linguística da sociedade” (Fairclough, 2015, p. 53, nossa tradução)⁴.

De modo geral, o arcabouço teórico-metodológico da ACD possibilita a investigação dos textos sob um viés discursivo, desvelando subtextos em que perpassam ideologias e relações de poder que reforçam, constroem e combatem preconceitos, discriminações e desigualdades sociais. Como nos explicam Weiss e Wodak (2003, p. 14, nossa tradução)⁵, “a ACD frequentemente adota a perspectiva daqueles que sofrem e analisa criticamente o uso da linguagem daqueles que estão no poder; aqueles que são responsáveis pela existência das desigualdades e que também possuem os meios e a oportunidade de melhorar essa realidade”. Nesse sentido, tal campo de pesquisa parte de um posicionamento crítico, ético e político frente ao poder das classes dominantes em estabelecer, por meio do uso da linguagem, padrões hegemônicos que rejeitam, excluem, invisibilizam e exploram determinados grupos sociais minorizados.

Para Fairclough (2015, p. 56, nossa tradução)⁶, “os fenômenos linguísticos são sociais no sentido de que, seja ao falar, ouvir, escrever ou ler, as pessoas o fazem de maneiras que são determinadas socialmente e que têm efeitos sociais”. Em outras palavras, os fenômenos linguísticos não podem ser dissociados de seu contexto social, pois a linguagem é moldada pelas relações e estruturas sociais em que está inserida. As múltiplas formas com que utilizamos a linguagem não são apenas uma questão individual, mas refletem normas, valores e práticas culturais compartilhadas dentro de uma comunidade. Desse modo, essas práticas linguísticas são moldadas por fatores como classe social, gênero, sexualidade, raça, etnia etc. Além disso, é importante compreender que o uso da linguagem também desempenha um papel ativo na construção e manutenção dessas mesmas estruturas sociais dominantes. Sendo assim, ao utilizarem a linguagem, os indivíduos não apenas comunicam informações, mas também reafirmam ou desafiam normas sociais e relações de poder, perpetuando ou transformando a realidade social em que estão inseridos.

Acerca do poder, trataremos, mais especificamente aqui, da noção de *biopoder* foucaultiana, que legitima o direito de “fazer viver e deixar morrer” (cf. Foucault, 2008). Trata-se de uma estratégia que concede ao Estado e outras estruturas hegemônicas o poder de decidir quais corpos são dignos de viver e, também, usufruir de acesso mínimo a serviços de saúde, trabalho, segurança e educação. Como aponta a filósofa Sueli Carneiro (2011, p. 134), o biopoder “é uma das dimensões do poder de soberania dos Estados modernos [...] que permite à sociedade livrar-se de seus seres indesejáveis”. Ainda para Foucault (2008), o biopoder é exercido de maneira sutil e parcial, uma vez que desigualdades são legitimadas e vidas são priorizadas em detrimento de outras.

De modo ainda mais contundente, o filósofo e cientista político Achille Mbembe (2018) sustenta que, com o advento político-econômico liberal, houve também uma mudança de paradigma, em que a estratégia de poder Estatal é marcada pela soberania de um grupo legitimado

⁴ Texto original: *not only the social determination of language use, but also the linguistic determination of society.*

⁵ Texto original: *CDA often chooses the perspective of those who suffer and critically analyses the language use of those in power; those who are responsible for the Existence of inequalities and who also have the means and the opportunity to improve conditions.*

⁶ Texto original: *linguistic phenomena are social in the sense that whatever people speak or listen or write or read, they do so in ways which are determined socially and have social effects.*

pela “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2018, p. 29). Essa reconfiguração do conceito de Foucault é chamada de *necropolítica*, considerada por Mbembe (2018) como uma forma de poder em que a morte é usada como ferramenta de controle social. Em outros termos, enquanto na teorização foucaultiana o Estado apenas deixaria morrer algumas pessoas para proteger a vida de outras, para Mbembe (2018), há uma deliberada produção da morte, ou seja, o Estado não apenas decide quem vive, mas também desenha políticas socioeconômicas destinadas à produção da morte de certos indivíduos cujas subjetividades e corpos são considerados, na lógica neoliberal, descartáveis.

Na articulação entre esses conceitos, Bezerra e Souza (2023) propõem o termo *necrobiopolítica* para discorrer sobre o impacto dos marcadores sociais da diferença (raça, classe social, gênero, orientação sexual, religião etc.) na manutenção desse projeto de vida e morte. Nessa perspectiva, os corpos e as subjetividades em dissidência do padrão hegemônico cisheteronormativo, ou seja, aqueles que não pertencem a homens brancos, heterossexuais, cristãos, das classes econômicas mais favorecidas, sem deficiência(s) e residentes de centros urbanos são atravessados por condições de riscos, seja na promoção da desigualdade, da violência, da exclusão ou da precariedade. A complementariedade desses conceitos nos direciona para uma compreensão ampla acerca da manifestação do poder nas relações sociais, visto que, ao reconhecermos que o Estado é um agente central na determinação das condições de vida em uma sociedade, também devemos nos ocupar de identificar, interrogar e interromper (Menezes de Souza, 2019) os múltiplos modos com que esse poder estatal se sustenta em relações historicamente assimétricas de poder como fruto amargo de nossa História colonial, que sistematicamente exclui, invisibiliza e persegue corpos e subjetividades que fujam da lógica eurocêntrica que serve de matriz de opressões diversas.

Neste trabalho, voltamos nosso olhar para um grupo que desafia diretamente esse dispositivo normativo: as mulheres lésbicas. Elas enfrentam uma dupla dissidência ao romperem com os padrões heteronormativos. Por um lado, são alvo da misoginia e do machismo, que as reduzem à condição de reprodutoras para o capital, ao mesmo tempo que desvalorizam sua existência. Por outro, são também desqualificadas enquanto mulheres, já que, sob a lógica heteropatriarcal, negam a função reprodutiva compulsoriamente associada ao relacionamento heterossexual. Esses entrelaçamentos de opressões – atravessados ainda por fatores como raça, classe social, idade e identidade de gênero – demandam uma análise interseccional que evidencie e denuncie como “o ódio tem sido um grande capital movido pela cultura patriarcal, que sempre usou a misoginia como aspecto do psicopoder em todos os tempos” (Tiburi, 2020, p. 67).

2 Lesbianidade numa perspectiva interseccional

A reflexão e análise das múltiplas e complexas questões de gênero, em perspectiva feminista interseccional, passa necessariamente pela problematização das normatividades centradas na cisheterossexualidade⁷ que estruturam as relações de ser, poder e saber na sociedade de modo mais amplo. Entre essas normas, a *heterossexualidade compulsória* (Rich, 2010), como regime político (Wittig, 1992), desempenha um papel central na marginalização das mulheres lésbicas, invisibilizando suas experiências e limitando o campo de resistência dentro do movimento feminista. Ao questionar a suposição de que a heterossexualidade é inata para as mulheres, abre-se espaço para refletir sobre como essa ideia perpetua opressões. Nesse sentido, a escritora estadunidense Adrienne Rich (2010) assevera que

⁷ A cisheteronormatividade pode ser compreendida como um sistema de normas sociais que presumem como padrão de normalidade apenas a cisgeneridade (identidade de gênero alinhada com o sexo biológico atribuído ao nascimento) e a heterossexualidade (atração afetivo-sexual por pessoas do gênero oposto, sob uma lógica dimórfica de gênero – *i.e.* homem e mulher), marginalizando e inferiorizando, desse modo, outras identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais por serem vistas como desviantes.

A suposição de que “a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato” coloca-se como um obstáculo teórico e político para o feminismo. Permanece como uma suposição defensável, em parte porque a existência lésbica tem sido apagada da história ou catalogada como doença, em parte porque tem sido tratada como algo excepcional, mais do que intrínseco. Mas, isso também se dá, em parte, porque ao reconhecer que para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma “preferência”, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força, o que é um passo imenso a tomar se você se considera livremente heterossexual “de modo inato”. (Rich, 2010, p. 35)

Nesse trecho, Rich apresenta os impactos da heterossexualidade compulsória para o movimento feminista, tendo como consequência o apagamento da existência lésbica. Para a autora, a compreensão da resistência feminina só é possível mediante um exame da política, da economia e da propaganda da heterossexualidade, uma vez que o reforço desta é também uma forma de controle e de manifestação do poder masculino, como pode ser visto não apenas na problemática em questão, mas também no casamento infantil, na idealização do amor romântico e do casamento e nas produções pornográficas.

Rich (2010) propõe, então, duas classificações: a de existência lésbica e a do *continuum* lésbico. Sobre este último, refere-se a um conjunto de experiências de identificação ao longo da vida da mulher, independente da sua orientação sexual. Ela cita exemplos históricos de como as mulheres têm resistido à heterossexualidade compulsória e ao casamento, vivendo numa rede de apoio mútuo, mesmo que não se relacionem sexualmente com outras mulheres. Trata-se, então, de reconhecer as outras formas de vivências para além do controle masculino, valorizando a vida e o trabalho de outras mulheres, particularmente quando entendemos que a “publicidade normativa, isto é, o controle moral que se instala sobre os corpos anunciados como dissidentes, é fruto de processos sistemáticos que produzem os limites para o reconhecimento” (Teixeira, 2024, p. 29-30).

Já a existência lésbica se refere à lesbianidade, à vida de mulheres que rompem com o tabu referente ao modo compulsório de manifestação da sexualidade, confrontando o direito masculino de ter acesso às mulheres. Para Rich (2010), a violência do apagamento da vivência lésbica reside no fato de que ela se constitui

[...] sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor. (Rich, 2010, p. 36)

Como explicação para o apagamento dessa tradição, apoiamo-nos em Judith Butler (2021) ao entender que a lesbianidade desafia e subverte a imposição da heteronormatividade, na medida em que desvela a arbitrariedade e a flexibilidade de tais normas. A vivência lésbica põe em evidência que sexualidade e identidade de gênero não são inatas ao sexo biológico, tampouco são fixas e naturais, mas padrões que emergem das construções sociais com as performances estabelecidas.

Não obstante, torna-se indispensável uma análise a partir da perspectiva decolonial. Para a antropóloga lésbica dominicana Ochy Curiel (2011), a heterossexualidade é uma das categorias sociais impostas pela lógica moderna/colonial. Baseada em Quijano (2005), a autora entende que as categorias raça, gênero e sexualidade foram postas pelo sistema colonial, como justificativa para criação e manutenção de estratégias de subalternização. Assim, a vivência lésbica seria, portanto, uma outra forma de experimentar o mundo, que se contrapõe ao controle da colonialidade sobre os corpos femininos, particularmente quando consideramos que “em razão da forte influência epistêmica das academias ocidentais, a colonização discursiva determinou a prática acadêmica do

feminismo e das dissidências sexuais e afetivas – prática que precisa ser desconstruída e desmontada” (Mogrovejo, 2020, p. 33).

Rich (2010) cita, também, a importância de mulheres negras da década de 1970 para a construção de um movimento feminista mais aberto para essas questões, como Audre Lorde, Gloria Anzaldúa, Luiza Bairros e Lélia Gonzalez, sendo algumas delas também lésbicas. A autora também nos sinaliza que as mulheres lésbicas negras têm sido historicamente marcadas por uma dupla opressão: a do racismo e da lesbofobia, de modo que sua resistência à hegemonia é ainda mais intensa e desafiadora em contexto sociopolítico no qual a própria “concepção das desigualdades de gênero esteve orientada para o desenvolvimento, mais que para uma transformação das lógicas relacionais de um sistema patriarcal de dominação (Mogrovejo, 2020, p. 35).

Essa questão, como quaisquer outras de cunho socio-identitário, deve ser analisada a partir de uma perspectiva interseccional. É imprescindível que as dissidências de gênero e sexualidade sejam compreendidas, tensionadas e reimaginadas à luz de outros marcadores sociais de diferença, como raça e classe social, visto que “identidades e experiências múltiplas interagem e se informam mutuamente, formando uma identidade que é múltipla, fluida e complexa” (Abustan; Rud, 2016, p. 17)⁸. Isso se torna ainda mais crucial quando consideramos o legado de nossa história colonial, cujas nefastas consequências persistem na atualidade, posto que a colonialidade do poder, do saber e do ser (Maldonado-Torres, 2016; Mignolo, 2003; Quijano, 2005) não apenas perpetua desigualdades, mas também reforça violências sistêmicas que atravessam os corpos e as subjetividades minorizados e marginalizados.

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica que, de acordo com Collins e Bilge (2016), é usada para compreender a maneira como as diferentes formas de opressão se integram e se relacionam. Não se trata, pois, de contabilizar ou classificar níveis de opressão, mas de interpretar as experiências das múltiplas subjetividades a partir do reconhecimento da marginalização que lhes é imposta e dos direitos que lhes são negados. A pesquisadora Carla Akotirene (2019) defende que, no contexto nacional, algumas particularidades nessas análises interseccionais são necessárias, especialmente acerca das vidas das mulheres negras, que consideram outros fatores além do gênero e da raça, como a sexualidade, a classe social e a territorialidade. Desse modo, passamos às análises dos contos selecionados, atribuindo-lhes a devida atenção às questões discursivas e interseccionais que os constituem.

3 Amor no feminino: a constituição de lesbianidade em *Amora* (2015)

Como discutido anteriormente, acreditamos que as questões socio-identitárias devem ser analisadas sob uma perspectiva interseccional. Sobre isso, vale ressaltar que, nos contos selecionados de *Amora* (2015) para esta análise, as personagens não apresentam marcadores evidentes de raça ou classe, o que pode indicar uma tentativa de Polesso em focar nos sentimentos mais abrangentes da experiência lésbica. No entanto, um aspecto que se destaca nesses contos é a diversidade geracional entre as personagens. Em *Flor, flores e ferro retorcido*, a personagem principal é uma criança gaúcha e a história se passa na década de 1980. Esse conto, marcado pela ingenuidade infantil, retrata o interesse da criança em compreender o motivo de uma vizinha, Flor, ser hostilizada pelos pais. As indagações da menina começam quando ouve os pais, durante uma refeição com amigos, questionar sobre a vizinha lésbica “Como pode uma machorra daquelas?” (Polesso, 2015, p. 57-58).

A palavra *machorra*, no Rio Grande do Sul, é usada para se referir a mulheres homoafetivas ou que performavam seu gênero de modo socialmente reconhecido como mais masculino. De acordo com a pesquisa de doutorado de Echevarria (2022), os dicionários populares da região

⁸ Texto original: *multiple identities and experiences Interact and mutually inform the constituted identity that is multiple, fluid, and complex.*

definiam o termo como vaca ou ovelha que não dá cria; toda fêmea estéril; lésbica; fêmea incapaz de criar; ou mulher com jeito de homem. Pode-se observar, então, que a palavra é usada pejorativamente para designar todas aquelas mulheres que contrariam a heterossexualidade compulsória e ameaçam o sistema reprodutivo, representando a existência do *continuum lésbico* descrito por Rich (2010), já que “o medo de que a família nuclear se dissolva, o medo de que o desejo não seja tão fixo como ele se manifesta; a presença do desejo homossexual causaria uma espécie de estranhamento ao outro, que poderia encontrar nele o seu próprio desejo” (Leopoldo, 2020, p. 154).

No conto, quando a criança questiona o que era ser *machorra*, cria-se um constrangimento na mesa, quando a mãe tenta desconversar, mas, após muita insistência da filha, responde que é uma doença. Embora isso possa ser interpretado como uma fuga da mãe perante os questionamentos da menina, é indispensável refletir que, até a década de 90, a homossexualidade era, de fato, considerada uma patologia pelos principais órgãos de saúde, inclusive a Organização Mundial de Saúde (OMS)⁹, reverberando e legitimando discursos preconceituosos (Ellis, 2015).

A narradora infantil decide, solidarizada pelo status da vizinha, desejar melhoras com flores colhidas, mas é explicitamente coibida pela mãe.

Minha mãe me abraçou bem forte e disse que eu era uma ótima menina e que por isso eu não devia brincar perto. [...] [Flor] agradeceu as flores e se ajoelhou para me dar um beijo. Nessa hora, minha mãe apareceu e me puxou pelos cabelos. Ouvi o pai da Celoi dizendo não se preocupe, Flor. (Polesso, 2015, p. 61)

No artigo *Quem defende a criança queer?*, o pesquisador espanhol Paul Preciado¹⁰ (2013) critica os discursos de políticos mais conservadores na ceifada de direitos da comunidade LGBTQIA+ em nome da proteção das crianças. Como aponta o autor:

Eles defendem o poder de educar os filhos dentro da norma sexual e de gênero, como se fossem supostamente heterossexuais. Eles desfilam para conservar o direito de discriminar, castigar e corrigir qualquer forma de dissidência ou desvio, mas também para lembrar aos pais dos filhos não-heterossexuais que o seu dever é ter vergonha deles, rejeitá-los e corrigi-los. (Polesso, 2015, p. 99)

Nessa perspectiva, podemos observar a infância como espaço de construção da (cis)heterossexualidade como norma, como apontam Favero (2020), Leite (2022), Machado e Fernandez (2021), Miranda (2022) e Silva e Paraíso (2020), nos quais aqueles indivíduos desviantes, por serem desprezados e rejeitados pela sociedade cisheteropatriarcal, têm suas subjetividades controladas, invisibilizadas e punidas. Não obstante, em torno da lesbianidade ainda se constrói a imagem de fracasso por não atender às expectativas reprodutivistas em torno da mulher cisgênero: a própria animalização contida no termo *machorra* reflete esse movimento de desumanização.

Não podemos precisar, obviamente, a orientação sexual da criança narradora, mas, num diálogo quase cômico, quando a amiga um pouco mais velha tenta explicar, dentro dos padrões sociais de gênero, o que seria uma mulher lésbica, a narradora sente frustração de ser considerada *machorra*.

⁹ Até 17 de maio de 1990, o homossexualismo era categorizado, pela OMS, como uma patologia na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). O próprio sufixo da palavra (-ismo) recupera a ideia de doença ou ideologia, o que justifica a preferência atual pelo termo homossexualidade.

¹⁰ Paul Preciado é um homem transgênero e, boa parte da sua produção acadêmica é assinada pelo seu nome de nascimento (Beatriz Preciado). Nas referências, por atendimento às normas ABNT, manteremos como está na publicação. Ao longo do texto, porém, optamos por referenciá-lo respeitando sua identidade de gênero atual.

Tu gosta mais de boneca ou de carrinho? Depende qual boneca e qual carrinho. [...] Tá bem, gosta mais de rosa ou de azul? Gosto de verde. Meu deus, essa é sua última chance, gosta mais de mim ou do Claudinho? O Claudinho era um guri da rua que a Celoi achava lindo. De ti, claro, eu respondi. Então tu é machorra, ela falou sem paciência.

Voltei para casa cabisbaixa naquele dia e, ao atravessar a rua, dei de cara com a Flor [...] Pequena, por que está com essa carinha triste? Porque a Celoi acha que estou doente também, que eu tenho o mesmo que a senhora. (Polesso, 2015, p. 62-63)

Para além dos estereótipos de gênero, mesmo sem compreender o que significa ser *machorra*, a narradora constrói, na infância, uma representação negativa da lesbianidade associada à doença, desvio e alvo de exclusão. Esse movimento de falar sobre um grupo de maneira discriminatória, mas não permitir que as crianças compreendam com naturalidade as múltiplas orientações sexuais e identidades de gênero evidencia uma estratégia discursiva de manutenção do poder, em que o que se constrói discursivamente é a falta, o desprezo e a segregação antes mesmo de legitimar a existência.

Já a adolescência, no conto *Primeiras vezes*, é tempo-espaco para a descoberta do desejo erótico-afetivo de uma adolescente por outra. Narra uma menina de dezessete anos que tinha dificuldades em iniciar sua vida sexual e mentia para as amigas dizendo que isso já havia acontecido. Na ambientação do conto, acreditamos que o grande dilema da protagonista é apenas esse, mas, ao ficar bêbada com a amiga, Letícia, ocorre a seguinte conversa:

[...] comentaram sobre Mandala, a bichinha do terceiro ano; e depois sobre o lugar em que ela fazia shows; e depois sobre a possibilidade de um dia ir até lá; e depois sobre a explosão das lésbicas da novela no shopping; e depois sobre como o mundo é bizarro; e depois sobre como não podiam controlar esses sentimentos; e depois sobre como ela tinha vontade de beijar a boca vermelha de Letícia; e depois sobre como Letícia gostaria de que isso acontecesse desde que o Vitor estivesse junto; e depois sobre como precisava estudar um pouco mais para a prova de física. (Polesso, 2015, p. 16)

É interessante observar que, num conto marcado por uma pontuação bem presente, que expressa a ideia de rigidez com seus períodos curtos, os trechos em que a personagem confessa seus sentimentos e desejos são diferentes. A ausência de pontos finais e repetição da construção “e depois sobre” recria uma espécie de fluxo de (in)consciência, em que a personagem principal finalmente consegue transpor em palavras, como aponta o narrador:

Aquilo tinha se enraizado intensamente nas suas sensações diárias. A boca vermelha de Letícia. Os pensamentos há anos presos num lugar escuro da cabeça, agora solto em palavras. Palavras que foram parar na cabeça de Letícia. Nunca tinha confessado aquelas coisas pra ninguém [...]. (Polesso, 2015, p. 16-17)

Observamos, também, que um aspecto importante para essa “revelação” é a referência à novela Torre de Babel (1989), em que duas personagens, Leila (Silvia Pfeifer) e Rafaela (Christiane Torloni), tinham uma relação de união estável. O fato mencionado no conto – a explosão no shopping em que as duas trabalhavam – refere-se ao fim dado ao casal no roteiro, como resposta aos ataques que o roteiro sofreu da mídia e da Igreja.

O impacto desses discursos no imaginário da população LGBTQIA+ vai além do que podemos precisar neste trabalho, ainda mais quando recuperamos o papel da televisão e das novelas para a população brasileira da década de 1990. A morte das personagens valida a produção da morte

em nome da proteção da vida de quem adere às narrativas cisheteronormativas, marca do programa da necropolítica (Mbembe, 2018).

Como resposta à revelação dos seus desejos, a personagem resolve ter sua primeira experiência sexual com um colega da escola, mas não gostou: “Depois foi até o banheiro e notou que tinha a mesma cara de virgem” (Polesso, 2015, p. 17). Frustrada, ligou para Letícia para falar sobre a noite, mas seu assunto desviava:

Contou sobre o dia anterior e sobre como tinha mentido em relação à sua primeira vez e sobre como queria que as lésbicas não tivessem explodido no shopping e sobre como tinha sonhos esquisitos com a Linda Perry e sobre como naquele dia no sofá queria tê-la beijado em sua boca vermelha. (Polesso, 2015, p. 18)

Essa aparente fuga de assunto é marcada pela dispensa ainda maior do uso da pontuação, dessa vez sem o ponto e vírgula marcado na construção anterior. Essas construções linguísticas assinalam a sujeição e rebeldia das confissões dos desejos de uma sexualidade representada como proibida. Como aponta Butler (2021, p. 184):

Sua sexualidade não está fora da lei, mas é a produção ambivalente da lei, em que a própria noção de proibição abarca os terrenos psicanalítico e institucional. [...] Suas confissões, assim como seus desejos, são a um só tempo sujeição e rebeldia. Em outras palavras, o amor proibido pela morte ou pelo abandono, ou por ambos, é um amor proibido de ser sua condição e seu objetivo. (Butler, 2021, p. 184)

Essa rebeldia, transposta e materializada no discurso, é novamente ignorada por Letícia, que comenta com a amiga que as primeiras vezes costumam ser desconfortáveis ou talvez o rapaz não tenha “feito direito”. Pode-se perceber que essa personagem é marcada pela heterossexualidade compulsória, ignorando o que a amiga explicita sobre seu desejo por outras mulheres e suas frustrações perante o preconceito da sociedade, almejando uma conformidade ao fato de ela não sentir prazer durante as relações sexuais, ou, talvez, uma postura de melhor *gerenciamento de identidade* (Ellis, 2015, p. 113), “fenômeno universal para lésbicas (e outras pessoas LGBTQ)” em contextos heterocentrados.

Ao final do conto, a protagonista e Letícia, em uma festa, se relacionam sexualmente escondido dos colegas. Voltando a uma construção sintática marcada pela fragmentação e sem elementos de continuidade, volta-se à “normalidade” cotidiana. O narrador apresenta o desfecho: “Ninguém viu, ninguém comentou. Nem elas mesmas. A Letícia seguiu namorando o Vitor até o fim do ano. A turma continuou matando aula às sextas-feiras. E ela passou em física.” (Polesso, 2015, p. 19). Desse modo, a revelação dos desejos até então “presos no lugar escuro da mente” (Polesso, 2015, p. 17) foi uma ruptura, uma quebra da norma e do cotidiano dos fatos, mais uma vez recuperando a ideia de desvio da ideologia dominante. Todavia, diante das represálias da mídia e da Igreja materializada na eliminação das personagens da novela, das expectativas familiares (a mãe ansia conhecer o rapaz com quem ela se relacionou), do silêncio da amiga e dos construtos acerca do sexo, a personagem – e a amiga Letícia – são colocadas de volta ao lugar da norma e da hegemonia, o da heterossexualidade compulsória.

Talvez o mais famoso conto de *Amora* (2015), uma vez que foi objeto de questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e recebeu adaptação para o audiovisual em curta-metragem homônimo, *Vó, a senhora é lésbica?* é narrado por uma jovem-adulta, Joana, num almoço em família, em que o primo verbaliza essa pergunta. De início, a protagonista acredita que está prestes a ter sua sexualidade revelada na frente dos outros primos e da avó, quando começa a refletir sobre sua recém-descoberta paixão pela colega de sala.

O conto é marcado por digressões. Joana começa a descrever a avó, Clarissa, e recordar do seu hábito de contar histórias dos livros para os netos. Em diversos momentos, há um imbricamento das vozes, sendo difícil segmentar o que é o discurso de uma ou de outra. Como exemplo, ao apresentar a história de *Metamorfose*, de Franz Kafka, é dito:

Qual deles você quer? Eu apontava para um livro aleatório. Muito bem então. E começava: ah, uma história muito boa! Não me esqueço dessa nunca. [...] Depois de uma noite cheia de sonhos curiosos, ele acorda se sentindo muito estranho, tão estranho que não é capaz de se levantar da cama. **Eu pensava que já tinha me sentido daquele jeito.** (Polesso, 2015, p. 35, grifo nosso)

Mesmo que, pela conjugação verbal, possamos inferir que o trecho em destaque se trata de uma impressão da Joana, a proximidade e a construção coesiva do texto nos fazem ver esse momento compartilhado também, especialmente pelos comentários anteriores atribuídos à avó.

Pensando sobre o livro, Joana lembrou da faculdade de Letras, depois das aulas de latim e, a partir disso, como conheceu Taís, sua colega de sala. Joana narra como se aproximaram, como ficou triste quando Taís faltou a algumas aulas e, então, o primeiro beijo das duas nos corredores da biblioteca. Mas há uma quebra na progressão temática e ela começa a narrar o período em que, na infância, os pais resolveram deixá-la com os irmãos sob o cuidado da avó durante o turno em que trabalhavam. É nesse momento em que a personagem Tia Carolina é apresentada:

Por volta das quinze horas, minha avó punha uma mesa de chá. As xícaras com flores azuis, o jogo de porcelana, os talheres de prata, bandeja. [...] Quinze e pouco chegava tia Carolina. Minha avó ficava radiante. A tia Carolina trazia, quase sempre, uns olhos de embaraço, agora lembro, os passos incertos, as mãos cheias de anéis que se torciam em si mesmos, os ombros para cima sempre. Parecia que não queria estar ali. (Polesso, 2015, p. 38)

Em seguida, a narradora explica que a avó tentava manter as crianças num quarto para que não ficassem na cozinha com ela e Tia Carolina, mas eles davam um jeito de ir ao cômodo em busca das duas. Depois disso, as visitas começaram a rarear e a avó de Joana começou a manifestar sua tristeza chorando pela casa e fumando escondida. Foi quase um ano para que a Tia Carolina voltasse a frequentar a casa da avó e isso refletiu uma mudança de comportamento também: “Minha avó parecia outra mulher. Estava bem vestida, contente e voltou a cheirar a perfume e a creme de lavanda” (Polesso, 2015, p. 39).

A partir disso, pode-se observar que não se trata de uma quebra na narrativa, mas de uma outra digressão. Diante da sua trajetória com Taís – marcada pela timidez das primeiras conversas, o sumiço da colega e do retorno –, Joana conseguiu tecer uma aproximação com a história da avó com Tia Carolina. Sob a lente da heteronormatividade, o relacionamento da avó com outra mulher nunca foi encarado como um relacionamento romântico, nem tampouco apresentado como tal, mas uma vez experienciando sensações semelhantes – inclusive o medo de outros descobrirem – Joana chega à conclusão: “As coisas começavam a fazer sentido na minha cabeça, agora, quinze anos depois. Minha vó era mesmo lésbica.” (Polesso, 2015, p. 39).

Saindo de seus pensamentos, Joana ouve a avó responder com um “Sim” à pergunta “Vó, a senhora é lésbica?”. A mais velha começa a contar a história, mas a narração de Joana flutua entre o presente e as suas lembranças, retomando o entrecruzamento de experiências. Ao fitar uma tapeçaria com traços medievais, a narradora observa a figura de duas mulheres dançando, que a leva a pensar em Taís.

Enquanto eu olhava a tapeçaria, a Taís invadiu meus pensamentos. Me lembrei da sua mão quente tocando meu corpo, por baixo do blusão, e pensei nas mãos

cheias de anéis da tia Carolina percorrendo a minha avó. Na tapeçaria, as duas mulheres tocavam as mãos. Respirei pesado e a Taís voltou, enfiei meu rosto em seus cabelos [...]. Mas quando recuei, eram os cabelos brancos de tia Carolina sobre a face de vó Clarissa [...]. (Polesso, 2015, p. 40-41)

Retomamos, então, o que nos disse Rich (2010) sobre o apagamento da vivência lésbica como instrumento de controle. É reconhecendo a avó como lésbica que Joana entende que sua sexualidade não é uma exceção e que a heterossexualidade não é inata, mas construída socialmente. Ao recuperar as imagens da avó com tia Carolina e as duas mulheres na estampa medieval, a personagem identifica que a vivência lésbica atravessa gerações, séculos e eras, mas é ideologicamente apagada e silenciada.

Há, também, um reconhecimento do seu privilégio geracional, uma compreensão de que a possibilidade de expressar sua identidade, contemporaneamente, é uma possibilidade maior do que a da avó. Quando o primo pergunta à Clarissa o porquê de ela não morar junto a Carolina, a avó encerra o assunto, falando brevemente que não era a vontade delas, mas Joana analisa de outra forma, que dá desfecho ao conto.

Porém, me ocorreu lembrar que a tia Carolina tinha sido casada com o seu Carlos. Me ocorreu que talvez ela não pudesse ficar com a minha vó. Me ocorreu que nunca tivessem dançado, nem bebido juntas, ou sim. Pensei na naturalidade com que Taís e eu levávamos a nossa história. Pensei na minha insegurança de contar isso à minha família, pensei em todos os colegas e professores que já sabiam, fechei os olhos e vi a boca da minha vó e a boca de tia Carolina se tocando, apesar de todos os impedimentos. (Polesso, 2015, p. 41)

Assim, é possível observar, nesse desfecho, um maior distanciamento das duas experiências. Joana destaca que a avó e a namorada precisaram se submeter à heterossexualidade compulsória por estarem inseridas numa outra geração, enquanto ela e Taís, mesmo com receios em assumir a relação para a família, conseguem expor o relacionamento com naturalidade em outros ambientes públicos, como a faculdade. Mas reconhece também a resistência de Clarissa e Carolina em se relacionarem, mesmo já idosas, há vinte anos, com suas relativas limitações, particularmente em uma sociedade que impõe desafios e preconceitos adicionais às experiências afetivo-sexuais de pessoas mais velhas (Pocahy, 2020).

O período final do conto “Eu quis saber mais, eu quis saber tudo, mas não consegui perguntar.” (Polesso, 2015, p. 41) sintetiza essa busca por uma memória destruída mediante as ações do sistema moderno-colonial em adotar a heterossexualidade como padrão a ser seguido: a alegria, a sensualidade, a coragem e comunidade; em contraposição ao silenciamento, à culpa, à autonegação e à dor, como nomeou Rich (2010). No exame de um intervalo de três gerações, há o reconhecimento de que, mesmo diante de avanços sociais, a vivência lésbica ainda é marcada por apagamentos e silenciamentos, que dificultam a construção de uma memória; todavia, a constatação de que ela sempre resistiu à tirania masculina e à colonialidade de gênero demonstra as fissuras do sistema e um caminho em busca da (re)construção/continuação dessa memória.

A linguagem, portanto, assume um papel indispensável nesse processo, uma vez que Joana só atribui sentido ao relacionamento da avó e Clarissa quando o primo questiona se a avó é lésbica. Nesse sentido, ao destacar o vital papel da língua nas relações sociais e na constituição das memórias individual e coletiva, hooks (2017, p. 231) argumenta que “a mudança no modo de pensar sobre a língua e sobre como a usamos necessariamente altera o modo como sabemos o que sabemos”. Dessa maneira, o aparentemente simples fato de nomear é, na verdade, dar a possibilidade para que algo exista discursivamente. Desse modo, como afirma Didier Eribon (2008, p. 408), também acreditamos que “podemos, pelo trabalho crítico incansavelmente repetido, deslocar os limites que nos são impostos e ampliar as possibilidades de liberdade”.

Considerações finais

Esperamos ter demonstrado o papel central da linguagem como uma prática social que não apenas reflete, mas também reforça e regulamenta essas relações de poder. Ao desafiá-las, a criação literária de Polessio contribui para a visibilidade e legitimação das vivências lésbicas reconstituindo aquilo que lhes foi apagado - a memória, especialmente no que concerne sua rica contribuição para o avanço das pautas feministas. Nesse sentido, bell hooks (2020) afirma que

Sem as ideias das lésbicas radicais, a teoria e a prática feministas jamais teriam se atrevido a ir contra os limites impostos pelo heterossexismo para criar espaços em que mulheres, todas as mulheres, independentemente de identidade e/ou orientação sexual, poderiam e possam ser tão livres quanto queiram ser. (hooks, 2020, p. 144)

A análise dos três contos de *Amora* (2015) põe em evidência a complexidade das vivências lésbicas, marcada por estigmas e apagamentos. Em *Flor, flores e ferro retorcido* a inocência infantil em contraste com a lesbofobia naturalizada evidencia o processo de internalização da discriminação e da heteronormatividade. *Primeiras vezes* marca a descoberta dos desejos sexuais não-normativos na adolescência, sendo acompanhado da dor de uma paixão possivelmente não correspondida, da pressão imposta pela heterossexualidade compulsória e da frustração perante as representações midiáticas. Por fim, *Vó, a senhora é lésbica?* apresenta um resgate da memória de mulheres lésbicas, a partir da constatação de uma neta sobre a sexualidade da avó.

Essas narrativas demonstram a faixa etária como uma condição importante para pensar as vivências lésbica e a interseccionalidade como ferramenta de análise indispensável no estudo de pautas socio-identitárias. A infância é um lugar de pouco entendimento sobre si, naturalmente, mas, quando vivenciada num local que reforça o preconceito, a discriminação e a estigmatização, a descoberta de uma sexualidade não-heterossexual assume um lugar de erro e desvio, para a mulher, também, pressupõe a falta e falha na manutenção da ordem reprodutiva.

A adolescência, associada culturalmente à liberdade, é momento de repressão quando não se é heterossexual. A não aceitação constrói uma barreira, que é reforçada por discursos da heterossexualidade compulsória (“é assim mesmo”, “ele não fez direito”, etc.) e das outras representações (midiáticas, familiares, religiosas, etc.). Enquanto a vida adulta, encarada com maior naturalidade, ainda é alvo de inseguranças, com o que se convencionou chamar de “sair do armário”. Já a velhice é sempre um atravessamento de todas as gerações, e uma sexualidade homoafetiva rompe com tabus ainda maiores em torno da sexualidade feminina, mesmo que seja predominantemente velada.

A questão geracional, desse modo, exerceu influência em nossa análise. Ser criança na década de 1980, adolescente na década de 1990 ou antes disso, como vó Clarissa, é diferente de ser criança ou adolescente atualmente, em que há um pouco mais de espaço para essas discussões no âmbito midiático, acadêmico e familiar. Esses avanços, que auxiliaram também a conquista de direitos básicos, refletem uma maior desconstrução da heterossexualidade como norma, conforme demonstra a personagem Joana. Mas ainda vislumbramos nesse cenário um longo caminho a seguir em prol da construção de uma memória lésbica secularmente apagada.

Compreendemos, portanto, que a vivência lésbica construída nos contos de *Amora* (2015) é construída discursivamente como uma forma de subversão e resistência, pois “ao compreender o gênero como categoria constituída social e historicamente em meio às relações de poder estamos assumindo o caráter plural das masculinidades e feminilidades” (Pereira; Brito, 2018, p. 213). Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso e das teorias sobre gênero e colonialidade, a obra denota e questiona as estruturas de poder que permeiam a nossa sociedade ocidental e geram o apagamento como forma de manutenção de uma necrobiopolítica (Bezerra; Souza, 2023) de gerenciamento

identitário. Dessa maneira, a ampliação de debates sobre a temática no meio acadêmico, escolar e comunitário faz-se imprescindível para a valorização, o reconhecimento e a legitimidade dessas e de outras formas de existência marginalizadas pelo colonialismo.

Referências Bibliográficas

ABUSTAN, Paulina; RUD, A. G. Allies of intersectionality. *In*: RODRIGUEZ, Nelson; MARTINO, Wayne; INGLEY, Jennifer; BROCKENBROUGH, Edward (org.). **Critical concepts in queer studies and education**: an international guide for the twenty-first century. Londres, Nova York: Palgrave Macmillan, 2016. p. 15-22.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

AUGÉ, Marc. **On-lieux**: introduction à une anthropologie de la surmodernité. Seuil: La Librairie du XX siècle, 1992.

BEZERRA, Fábio. **Linguística Aplicada Transviada**: gênero e sexualidade nos estudos da linguagem em perspectiva descolonial, interseccional e transdisciplinar. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2023.

BEZERRA, Fábio; SOUZA, Anderson. The necrobiopolitics of COVID-19 in Brazil: transitivity choices in global media representations. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 31, p. 1-31, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/54736>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 21 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Biopoder. *In*: CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 131-134.

CASARIN, Rodrigo. Vó, a Senhora é Lésbica? Leia o conto que causou polêmica no ENEM. **UOL**, Página Cinco, 06 nov. 2018. Disponível em: <https://paginacinco.blogosfera.uol.com.br/2018/11/06/vo-a-senhora-e-lesbica-leia-o-conto-que-causou-polemica-no-enem>. Acesso em: 06 set. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

CURIEL, Ochy. El régimen heterosexual y la nación. Aportes del lesbianismo feminista a la Antropología. **La manzana de la discordia**, v. 6, n. 1, p. 25-46, 2011. Disponível em: https://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1507. Acesso em: 13 set. 2024.

DAVIDSON, Martina. filosofías tortilleras: construcciones decoloniales a partir del no-lugar. **Tramas y Redes**, [S. l.], n. 1, p. 161-170, 2021. DOI: 10.54871/cl4c108a. Disponível em: <https://tramasyredes-ojs.clacso.org/ojs/index.php/tyr/article/view/19>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ECHEVARRIA, Felipe. **As palavras e a enunciação**: a china, a machorra e a morocha no Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul. 222 f. Tese (Doutorado em Letras) -

Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de pós-graduação em Letras, Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27402>. Acesso em: 13 set. 2024.

ELLIS, Sonja. Lesbian psychology. In: RICHARDS, Christina; BARKER, Meg (org.). **The Palgrave handbook of the psychology of sexuality and gender**. Londres, Nova York: Palgrave Macmillan, 2015. p. 109-128.

ERIBON, Didier. **Reflexão sobre a questão gay**. Trad. de Procopio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. 3 ed. Londres: Longman, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis**. Londres: Longman: 1995.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. Salvador: Editora Devires, 2020.

FOUCAULT, Michel. **The birth of biopolitics: lectures at the collège de France 1978–79**. Translated by Graham Burchell. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: política arrebatadoras**. Trad. Bhuvli Libanio. 10 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LEITE, Vanessa. Infância e juventude no Brasil em tempos de conservadorismos: por entre dinâmicas de poder envolvendo expressões de gênero e sexualidade. In: SILVA, Iolete; NEVES, André; CALEGARE, Fernanda (org.). **Gênero, sexualidade e trajetórias de escolarização**. Salvador: Devires, 2022. p. 43-64.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Salvador: Editora Devires, 2020.

MACHADO, Carlos; FERNANDEZ, Osvaldo. Crianças, relações de gênero e cotidiano escolar na educação infantil. In: CARDOSO, Cláudia; MARTINS, Marco (org.). **Insurgências pedagógicas na educação básica**. Salvador: Devires, 2021. p. 125-139.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **D.E.L.T.A.** São Paulo, v. 21, n. Especial, p. 1-9, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/LgkQwhZgkLdsMnvDLHh7znz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/CxNvQSnhxqSTf4GkQvzck9G>. Acesso em: 13 set. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENEZES DE SOUZA, Lynn M. T. Glocal languages, coloniality and globalization from below. In: GUILHERME, Manuela; MENEZES DE SOUZA, Lynn M. T (org.). **Glocal languages and critical intercultural awareness**: the South answers back. Routledge, 2019. p. 17-41.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIRANDA, Amanaiara. Aprendendo/desaprendendo/problematicando as questões de gênero desde a infância. In: YORK, Sara; SILVA, Sergio; NOLASCO-SILVA, Leonardo (org.). **Gênero e sexualidade na educação**. Salvador: Devires, 2022. p. 163-176.

MOGROVEJO, Norma. O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). **Pensamento feminista hoje**: sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 33-57.

PEREIRA, Erik; BRITO, Leandro. Meninos de verdade: discursos de masculinidades na educação física infantil. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo (org.). **De guri a cabra-macho**: masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018. p. 212-230.

POCAHY, Fernando. Gênero, sexualidade e geração: latitudes queer. In: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria (org.). **Queer(i)zando currículos e educação**: narrativas do encontro. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 308-319.

POLESSO, Natalia Borges. Diálogos possíveis: entrevista com Natalia Borges Polesso. Entrevista concedida a Paulo Dutra. **Journal of Lusophone Studies**, [S. l.], v. 3., n. 2, p. 146-154, 2018. Disponível em: <https://jls.apsa.us/index.php/jls/article/view/238>. Acesso em: 13 set. 2024.

POLESSO, Natalia Borges. **Amora**. Porto Alegre: Não Editora, 2015.

PRECIADO, Beatriz. Quem defende a criança queer?. Trad. Fernanda Nogueira. **Jangada**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 96-99, 2018. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17>. Acesso em: 11 jul. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SILVA, João; PARAÍSO, Marlucy. Infâncias queer no currículo escolar e a criação de modos de vida transviados. In: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria (org.). **Queer(i)zando currículos e educação**: narrativas do encontro. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 129-145.

TEIXEIRA, Thiago. **Políticas de descontinuidade: ética e subversão**. Salvador: Editora Devires, 2024.

TIBURI, Marcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. Introduction: theory, interdisciplinarity and critical discourse analysis. *In*: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth (org.). **Critical discourse analysis: theory and interdisciplinarity**. Hampshire, Nova York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 1-32.

WITTIG, Monique. **The straight mind and other essays**. Boston: Beacon Press, 1992.

Submetido em 01/10/2024

Aceito em 11/04/2025